STJ00081886

Sumário

APRESENTAÇÃO – Ada Pellegrini Grinover 9

PREFÁCIO – Do Fato Concreto à Sentença – Sérgio Marcos de Moraes Pitombo . 11

NOTA DO AUTOR À SEGUNDA EDIÇÃO 13

1. INTRODUÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TEMA 19

2. PRINCÍPIOS PROCESSUAIS RELEVANTES PARA O TEMA 21

2.1 Sistema acusatório e sistema inquisitório 21
2.2 Princípio do contraditório 28
2.2.1 Efetividade do contraditório 29
2.2.2 Contraditório sobre questões de direito 31
2.3 Princípio da inércia da jurisdição 36
2.4 Princípio da defesa 36

3. DO OBJETO DO PROCESSO 40

3.1 Identidade do objeto da acusação e da sentença 40
3.2 O objeto do processo no processo civil 41
3.2.1 O objeto do processo e a pretensão processual 43
3.2.1.1 O objeto do processo como afirmação do direito material ou de circunstâncias de fato que fundamentam o pedido 44
3.2.1.2 Segue: pedido 46
3.2.1.3 Segue: pedido e causa de pedir 48
3.2.1.4 Segue: situação substancial 54
3.2.1.5 Segue: lide 56
3.3 O objeto do processo no processo penal 61
3.3.1 O objeto do processo como pretensão punitiva 62
3.3.2 Segue: imputação penal 71
3.3.3 Segue: lide penal 81

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4. CORRELAÇÃO ENTRE ACUSAÇÃO E SENTENÇA 97
4.1 Identidade entre o fato imputado e o fato constante na sentença 97
4.1.1 O conceito de fato para o processo penal e para o direito penal 98
4.1.2 O conceito de identidade 100
4.1.3 Regra geral de identidade ou solução no caso concreto 103
4.1.3.1 Identidade dos elementos do delito 104
4.1.3.2 Identidade parcial da ação desenvolvida ou do bem penalmente tutelado 106
4.1.3.3 A inclusão do elemento subjetivo na identidade do fato 107
4.1.3.4 Identidade e o critério teleológico da garantia do direito de defesa 109
4.1.3.5 Regra de identidade: conteúdo da representação do fato imputado e do fato considerado na sentença 111
4.2 A identidade do objeto do processo e o julgamento de toda a imputação 121
4.3 Violação da regra da correlação entre acusação e sentença 124
4.4 Correlação entre acusação e sentença e *ne bis in idem* 130

5. A REGRA DA IDENTIDADE DO OBJETO DO PROCESSO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO 137
5.1 Da "diversa definição jurídica do fato" 138
5.1.1 Diversa definição jurídica dos fatos e contraditório sobre as questões de direito 140
5.1.2 Segue: alteração da natureza da ação penal 143
5.1.3 Segue: *emendatio libelli* 144
5.1.4 Segue: transação penal e suspensão condicional do processo. 145
5.2 Da "nova definição jurídica do fato" 148
5.2.1 Da necessidade de aditamento da denúncia 151
5.2.2 O conceito de "elemento ou circunstância da infração penal" 160
5.2.3 Do procedimento após o aditamento da denúncia 165
5.2.4 Da inadmissibilidade da imputação alternativa superveniente 170
5.2.5 Do fato diverso e a natureza da açao penal 174
5.2.6 Fato diverso e fato novo 177
5.2.7 "Nova definição jurídica do fato": em segundo grau de jurisdição 179

BDJur http://bdjur.stj.gov.br

5.2.8 Segue: transação penal e suspensão condicional do processo. 181
5.2.9 Violação da regra da correlação entre acusação e sentença e nulidade absoluta 185
5.3 Correlação entre acusação e sentença no procedimento dos crimes de competência do Júri 186
5.3.1 Correlação entre acusação e sentença: homicídio e infanticídio 197
5.4 Segue: nos Juizados Especiais Criminais 202
5.5 Segue: no Código de Processo Penal Militar 203
5.6 Segue: nos projetos de Código de Processo Penal e na Reforma do Código de Processo Penal 205
5.6.1 O Anteprojeto José Frederico Marques 205
5.6.2 O Projeto de Código de Processo Penal 1.655/83 205
5.6.3 Os projetos de reforma parcial do Código de Processo Penal .. 206
5.6.4 O projeto de Código de Processo Penal – PLS 156/2009 210

6. SITUAÇÕES ESPECIAIS 211
6.1 Mudança de consumação a tentativa e vice-versa 211
6.2 Mudança de autoria a participação e vice-versa 213
6.3 Mudança entre dolo, culpa e preterdolo 214
6.4 Mudança entre negligência, imprudência ou imperícia 216
6.5 Mudança entre as diversas formas de negligência, imprudência ou imperícia 218
6.6 Mudança entre crimes com relação de especialidade 218
6.7 Mudança em crime complexo 219

7. CONCLUSÕES 221

BIBLIOGRAFIA 225

APÊNDICE – JURISPRUDÊNCIA 239
1. Mudança de crime tentado para crime consumado 240
2. Mudança de coautoria para participação 244
3. Mudança de culpa para dolo: receptação 245
4. Mudança de dolo para culpa: peculato 249
5. Preterdolo: mudança de lesão corporal seguida de morte para homicídio culposo 250
6. Mudança de modalidade de culpa, de imprudência para imperícia 250

7. Crime complexo: mudança de latrocínio tentado a roubo consumado .. 251
8. Mudança de roubo para exercício arbitrário das próprias razões: mudança de iniciativa da ação penal 252
9. Mudança de lesões corporais graves para estupro e necessidade de representação 254
10. Descoberta de fato novo 256
11. Sentença *citra petita* 258
12. Mudança da qualificação jurídica do fato e suspensão condicional do processo 259
13. Mudança da qualificação jurídica do fato e transação penal 268
14. *Mutatio libelli* antes do momento processual adequado 269
15. Mudança da vítima do delito 270
16. Reconhecimento, na sentença, de concurso de pessoas 271
17. Reconhecimento, na sentença, do concurso material 273
18. Lesão corporal culposa simples e sentença que inclui a causa de aumento de pena 274
19. Denúncia por homicídio culposo simples e sentença que inclui causa de aumento de pena 276
20. Denúncia por formação de quadrilha para fins de tráfico ilícito de entorpecente e condenação por tráfico com a causa de aumento pelo concurso de agentes 277
21. Mudança de furto simples para qualificado 278
22. Júri: denúncia por latrocínio e pronúncia por homicídio 279
23. Júri: denúncia por homicídio tentado e resistência e pronúncia por duplo homicídio tentado e resistência 281
24. Júri: necessidade de quesito específico sobre a conduta de partícipe 283
25. Júri: pronúncia por qualificadora diversa da constante da denúncia 284
26. Mudança de favorecimento real para receptação dolosa 287
27. Mudança de favorecimento real para furto qualificado 288
28. Mudança de falsificação de documento público para estelionato 289
29. Mudança de estelionato para uso de documento falso 291
30. Mudança de estelionato para receptação dolosa 292
31. Mudança de receptação dolosa para coautoria em furto 293
32. Mudança de furto simples para receptação dolosa 295
33. Mudança de extravio, sonegação ou inutilização de documento para uso de documento falso 297
34. Mudança de falso testemunho para corrupção de testemunha 299
35. Mudança de estupro para sedução 300

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br